



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0201080-6

COMARCA: Recife

APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)

APELADO: André B. do Rego B. Júnior

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO VIRTUAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO REALIZAÇÃO DA CITAÇÃO. DESÍDIA ATRIBUÍDA À FAZENDA PÚBLICA. SENTENÇA MANTIDA. **1.** Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife. **2.** Na hipótese dos presentes autos, verifica-se que, apesar de distribuído em 30 de agosto de 2005, a Fazenda Municipal apenas enviou o processo físico à Vara competente em 27 de fevereiro de 2008, fazendo com que a execução ficasse paralisada por mais de dois anos. **3.** Esta 8ª Câmara tem entendido, na esteira do Superior Tribunal de Justiça, ser possível o reconhecimento da prescrição intercorrente do crédito fiscal, desde que **não seja por culpa exclusiva da demora inerente ao aparelho judiciário**, e desde que **ouvida previamente a fazenda pública credora** (Embargos de Declaração nº 94454-1/02), requisitos que se concretizaram na hipótese dos autos. **4.** Isso pelo fato, já assinalado, de a Fazenda Municipal ter levado mais de dois anos para encaminhar à Vara os autos "físicos" do processo. **5.** Neste ponto reside, concretamente, a **culpa da Fazenda exequente** para com a consumação do prazo prescricional, razão de per si suficiente para a manutenção do *decisum* de primeiro grau, visto que afasta a aplicação à espécie da diretriz jurisprudencial encartada na Súmula 106 do STJ. **6.** Apelo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0201080-6, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 3 de dezembro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

AC 0201080-6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

41
P
212

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0201080-6
COMARCA: Recife
APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)
APELADO: André B. do Rego B. Júnior
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta pelo Município do Recife contra sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Comarca da Capital, que, nos autos da Execução Fiscal nº 001.2005.085535-3, decretou de ofício a prescrição do crédito tributário relativo a IPTU e taxas imobiliárias.

Em retrospecto, observo que, após a distribuição virtual do feito em 30.08.2005, foi determinada a citação do executado em despacho proferido às fls. 02 dos autos.

A Fazenda exequente, em petição juntada às fls. 05, em 29.02.2008, requereu a citação do executado por intermédio de oficial de justiça, nos termos do art. 8º, inciso III, da Lei 6.830/80.

Em certidão às fls. 06, a Secretaria da Vara informou que, "*apesar de distribuído no ano de 2005*", o processo de que se trata só foi enviado pela Procuradoria Municipal para a 1ª Vara de Executivos Fiscais Municipais em 27.02.2008.

Em sequência, no dia 07.08.2008, o magistrado *a quo* determinou a intimação da Fazenda Pública para que se manifestasse acerca de eventuais causas suspensivas ou interruptivas do prazo prescricional (cf. despacho às fls. 07/08).

Em resposta, a Fazenda Municipal – alegando que não se há de falar em prescrição quando proposta a ação fiscal e proferido despacho citatório dentro do prazo prescricional, e eximindo-se da responsabilidade pela demora na citação (Súmula 106 do STJ) – pugnou pelo regular prosseguimento da execução até a satisfação plena do débito executado (cf. fls. 10/15).

Após, seguiu-se a extinção do feito, em 15.05.2009, nos seguintes termos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

42
213
e

*"Pelo exposto, à luz do art. 174 do Código Tributário Nacional, em sua redação original, c/c o art. 219, § 5º, do Código de Processo Civil, com a redação que lhe deu a Lei Federal nº 11.280/06 e, ainda, com o art. 40, § 4º da Lei nº 6.830/80, **DECLARO**, de ofício, o crédito tributário representado pela CDA de fls. 03 **PRESCRITO** e, por via de consequência, **DECRETO** a extinção do presente processo de execução fiscal, com resolução de mérito, nos termos do **art. 269, inciso IV, do Código de Processo Civil**.*

Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição (...) força do disposto no § 2º do artigo 475 do CPC"

Irresignado, o exeqüente interpôs recurso de apelação (fls. 21/32), argüindo, em síntese, que: (i) não ocorreu a prescrição, sob o fundamento de que o pleito citatório foi realizado pela Fazenda Pública de modo diligente, cumprindo o princípio da provocação, não lhe restando, assim, responsabilidades pela demora na citação (Súmula 106 do STJ) ; (ii) proposta a ação fiscal e proferido despacho citatório dentro do prazo prescricional, não se há de falar em prescrição.

Sem contra-razões, em virtude de não haver se completado a relação processual.

É o que importa relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 18 de novembro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

46
C
214

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0201080-6
COMARCA: Recife
APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)
APELADO: André B. do Rego B. Júnior
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Registre-se, de início, que os créditos tributários, *in casu*, foram constituídos, através de lançamento de ofício, nos anos de 2001, 2002 e 2003 e a ação iniciada virtualmente no ano de 2005.

Ocorre que, nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

Ou seja, ao Município exeqüente (e principal interessado no feito) cabe, após realizar a distribuição eletrônica e expedir o mandado de citação, imprimir as peças processuais e enviar os autos "físicos" à vara competente.

Na hipótese dos presentes autos, verifica-se que, apesar de distribuído em 30 de agosto de 2005, a Fazenda Municipal apenas enviou o processo físico à Vara competente em 27 de fevereiro de 2008 (cf. certidão às fls. 06), fazendo com que a execução ficasse paralisada por mais de dois anos.

Pois bem.

Esta 8ª Câmara tem entendido, na esteira do Superior Tribunal de Justiça, ser possível o reconhecimento da prescrição intercorrente do crédito fiscal, desde que **não seja por culpa exclusiva da demora inerente ao aparelho judiciário**, e desde que **ouvida previamente a fazenda pública credora** (Embargos de Declaração nº 94454-1/02), requisitos que, a meu sentir, concretizaram-se na hipótese dos autos.

Isso pelo fato, já assinalado, de a Fazenda Municipal ter levado mais de dois anos para encaminhar à Vara os autos "físicos" do processo.

Neste ponto reside, concretamente, a **culpa da Fazenda exeqüente** para com a consumação do prazo prescricional, razão de per si suficiente para a manutenção do *decisum* de primeiro grau, visto que afasta a aplicação à espécie da diretriz jurisprudencial encartada na Súmula 106 do STJ.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

215 47

Com esses fundamentos, **nego provimento** à apelação, mantendo a sentença vergastada, extintiva da execução em tela, pelo reconhecimento da prescrição intercorrente na espécie.

Recife, 3 de dezembro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator